



PLANO DE TRABALHO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

1 - DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente: Abrigo José Vicente da Silva			CNPJ: 34.716.194/0001-48	
Endereço do proponente: Rua Irará, nº716 – Santa Cruz				
Cidade: Luís Eduardo Magalhães	UF: BA	CEP: 47855-292	DDD/Telefone: (77)99924-6082	DDD/Telefone: (77) 99983-5573
Nome do Responsável: Michael de Souza Ferreira			CPF: 019.427.215-01	
RG / Orgão Exp.: 1278981152 SSP/BA	Cargo: Presidente	Função: Presidente		
Endereço Residencial do Responsável legal: Rua Aldori Jose Tolaze, QD. 07, LT. 11 Nº 146-Cidade Universitária-Luís Eduardo Magalhães/BA.			CEP: 47864-462	

2 - DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Termo de Fomento AJVS	Período de Execução	
	Início: 01/2025	Término: 12/2025
Identificação do Objeto: O Presente acordo cooperação tem como objeto a parceria de esforços entre O Abrigo José Vicente da Silva – AJVS e Município de Luís Eduardo Magalhães visando a oferta dos serviços de acolhimento de Alta complexidade.		
Justificativa: O Abrigo da Criança e Adolescente José Vicente da Silva, é uma entidade sem fins lucrativos que desde a sua fundação no ano de 2013, acolhe no regime de internato um total de 20 (vinte) Crianças e Adolescente com idade de 0 ano a 17 anos e 11 meses, vítimas de maus tratos, negligência, abandono, abuso e violência do Município de Luís Eduardo Magalhães, crianças e adolescentes que aguardam decisão judicial, seja para retornar ao convívio familiar, família extensa ou para serem encaminhadas para adoção quando nos casos de perda do Poder Familiar, no qual o retorno acontece mediante acompanhamento psicossocial. Proporcionar aos acolhidos, proteção à vida, através de um replanejamento ativo cuidando de sua saúde física, psicossocial, educacional e espiritual, mobilizando seu anseio interior para que aconteça o desenvolvimento saudável e em condições dignas, e oferecer aos acolhidos 05 refeições diárias dentre elas, café, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, que através da sua Diretoria (representantes legais), articular ações		

30-01-25
16:52



Crianças e Adolescentes

"Nossa Missão: Proteger, Cuidar e Amar"

de defesa de direitos, prevenção, orientação na Gestão do Abrigo José Vicente da Silva.

3 - OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

Compete ao ABRIGO JOSÉ VICENTE DA SILVA:

- Responsabilizar-se pela execução do objeto Termo de Fomento;
- Fazer Prestação de Contas do Recurso de acordo com as parcelas liberadas, e subsequente Prestação de Contas Anual;
- Gerenciar o administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
- Informar sempre que necessário a execução do objeto;
- Comprovar todas as despesas por meio de Notas fiscais, recibos e Extratos Bancários.

Compete a Prefeitura Municipal:

- Prover os Recursos para a execução do Projeto;
- Comunicar formalmente ao Abrigo José Vicente da Silva das irregularidades na Prestação de Contas;
- Fiscalizar a execução deste Termo.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Un.	Quantidade	Início	Término
01	01	Materiais para desenvolvimento das atividades (Material didático, EPI- Equipamento de Proteção Individual) Gêneros alimentícios; gás; energia elétrica; água; material de expediente; Combustível; Material de Limpeza; Material de higiene pessoal.	Mês	R\$10.000,00	01/25	12/25



Crianças e Adolescentes
"Nossa Missão: Proteger, Cuidar e Amar"

Meta	Janeiro 2025	Fevereiro 2025	Março 2025	Abril 2025	Mai 2025	Junho 2025
01	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Meta	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025
01	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00

5 - CONTRAPARTIDA

Natureza da Despesa	Participante
Serviço de Acolhimento de Alta Complexidade a Criança e Adolescente em situação de rua, abandono, abuso, violência e vulnerabilidade social.	Abrigo José Vicente da Silva

6 – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Na qualidade de representante legal, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, os efeitos e sob pena da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta e Indireta, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de, sob as penas do artigo 299 do Código Penal.

Luís Eduardo Magalhães- BA,.

Michael de S. Ferreira
Michael de Souza Ferreira
 Presidente AJVS



7 – DECLARAÇÃO DO CONCEDENTE

Aprovo na qualidade de ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho, conforme o disposto nos artigos 16 e 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do presente exercício.

Local e Data:
Concedente

Luís Eduardo Magalhães-BA, ..

ONDUMAR FERREIRA BORGES JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2025

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES – BAHIA E O ABRIGO JOSÉ VICENTE DA SILVA – AJVS DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.214.419/0001-05, com endereço na Avenida Octogonal, S/N, Quadra 21, Praça dos três Poderes, Bairro Jardim Imperial, cep: 47.850-000, pelo seu Excelentíssimo Senhor Prefeito **ONDUMAR FERREIRA BORGES JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº 1342764935, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 043.930.175-01, residente na cidade de Luís Eduardo Magalhães-BA, denominado **CONCEDENTE** e **O ABRIGO JOSÉ VICENTE DA SILVA – AJVS DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.716.194/0001-48, com sede na Rua Irará, nº 716, Centro, Luís Eduardo Magalhães – Bahia, neste ato representado por seu presidente o Senhor **MICHAEL DE SOUZA FERREIRA**, brasileiro, casado, portador do RG 1278981152 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 019.427.215-01, residente e domiciliado neste município, denominada **PROPONENTE**, partes ao final assinadas, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO** inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 31, caput e 32, da Lei Federal nº 13.019 de 31 julho de 2014 e suas alterações, em conformidade com os demais dispositivos da referida Lei 14.132/21 de 01 de abril de 2021, e a Lei Municipal nº 962 de 17 de setembro de 2021, bem como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, consoante o **Processo Administrativo nº 011/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional do **ABRIGO JOSÉ VICENTE DA SILVA DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA**, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Luís Eduardo Magalhães – BA e a entidade, mediante a transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento da demanda Luiseduardense no âmbito de Acolhimento de Crianças e Adolescentes com idade de 0 a 17 anos e 11 meses, vítimas de maus tratos, negligência, abandono, abuso e violência do Município de Luís Eduardo Magalhães.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 O presente Termo de Fomento terá como GESTOR (a) DA PROPONENTE a Sra. Sara Beatriz Evangelista de Souza, matrícula nº 13247, doravante denominada Gestora de convênio, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente.

Gabinete do Prefeito

Avenida Octogonal, S/N.º, Quadra 21, Praça dos Três Poderes - Bairro Jardim Imperial. CEP: 47854-090.
Luís Eduardo Magalhães - BA.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

2.2 O Concedente designará através de Portaria o gestor da presente parceria, devendo constar expressamente na mesma os dados para a identificação do instrumento firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE (MUNICÍPIO)

3.1 Fornecer os recursos para a execução do objeto;

3.2 Acompanhar a fiscalização e a execução deste termo;

3.3 Elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação;

3.4 Transferir recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro contido no Plano de Trabalho em conta bancária indicada pela PROPONENTE, até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento;

3.5 Designar gestor que será responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.5.1 Apreciar a prestação de contas apresentada pela PROPONENTE;

3.5.2 Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da PROPONENTE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5.3 Comunicar formalmente à PROPONENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.5.4 Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.5.5 Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à PROPONENTE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho;

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.5.6 Para fins de interpretação do item 3.5.5, entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia, acumulada para pagamento posterior;

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo a PROPONENTE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão;

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.5.7 Elaborar parecer sobre a prestação de contas da PROPONENTE, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei nº 13.019/2014.

Gabinete do Prefeito

Avenida Octogonal, S/N.º, Quadra 21, Praça dos Três Poderes - Bairro Jardim Imperial. CEP: 47864-090.
Luís Eduardo Magalhães - BA.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE (AJVS)

- 3.6 Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;
- 3.7 Prestar informação e esclarecimento sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto do objeto;
- 3.8 Permitir livre acesso do gestor, do responsável do Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, de auditores e fiscais do Tribunal e Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
- 3.9 Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
- 3.10 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e o adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou à sua execução e manter os comprovantes arquivados;
- 3.11 Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas redes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: identificação do instrumento, do Órgão concedente, descrição do objeto, data da assinatura, valores liberados, e situação da prestação de contas.
- 3.12 Fazer as prestações de contas parciais de cada parcela liberada, com a comprovação exata da aplicação da parcela liberada.
- 3.13 Fazer a prestação de contas final nos termos da Lei 13.019/2014, para comprovar o efetivo cumprimento do objeto pactuado;
- 3.14 Manter cópia em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, dos documentos que compõem as prestações de contas.
- 3.15 Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração pública nas contratações e nos demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- 3.16 Prestar todos os serviços conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- 3.17 Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- 3.18 Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais, com a devida certificação do recebimento do material ou prestação do serviço, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados;
- 3.19 Aplicar recursos repassados no objeto constante exclusivamente no objeto pactuado;
- 3.20 Comprovar a existência de Conta Bancária específica e exclusiva, para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta.

Gabinete do Prefeito

Avenida Octogonal, S/N.º, Quadra 21, Praça dos Três Poderes - Bairro Jardim Imperial. CEP: 47864-090.
Luís Eduardo Magalhães - BA.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

3.21 Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.22 Ressarcir os cofres públicos dos saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 (trinta) dias do encerramento do presente termo;

3.23 Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

3.24 Manter-se adimplente com a Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

3.25 Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;

3.26 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade da CONCEDENTE.

3.27 São compromissos da PROPONENTE:

a) O Abrigo José Vicente da Silva - AJVS tem por objetivo Acolher Crianças e Adolescentes com direitos violados.

b) Proporcionar atividades sociais e recreativas;

c) Atender o previsto no Estatuto da Criança e Adolescente garantindo o direito a Saúde, Alimentação e Educação;

d) Promover atividades de voluntariado;

f) Promover ações, programas e atividades direcionadas a consecução dos objetivos da Entidade;

g) Atividades Esportivas e Lazer;

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 Para a execução das atividades prevista neste Termo de Fomento, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), de acordo com o Cronograma de Execução, cujo valor mensal será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento.

4.2 As partes reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente executividade.

CLÁUSULA QUINTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados a conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, **BANCO DO BRASIL, AGENCIA 4624-8, CONTA CORRENTE 24.103-2.**

Gabinete do Prefeito

Avenida Octogonal, S/N.º, Quadra 21, Praça dos Três Poderes - Bairro Jardim Imperial. CEP. 47864-090.
Luís Eduardo Magalhães - BA.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

5.2 Os recursos depositados na conta bancária específica, se não empregados no prazo de 30 dias deverão ser obrigatoriamente aplicados: em caderneta de poupança; em fundo de aplicação financeira a curto prazo; ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.3 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (PIX, DOC ou TED), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques ou quaisquer pagamentos;

5.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

5.5 A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 07 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA RESCISÃO

7.1 O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

7.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constata pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreções de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA OITAVA — DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA PROPONENTE

8.1 Prestação de contas de forma parcial, até 30 dias, após cada parcela repassada, incluído Relatório Circunstanciado que permita avaliar o andamento e cumprimento do objeto pactuado;

8.2 Prestação de Contas integral e final, até 60 dias do término da vigência do Termo de Fomento, segundo a Lei n. 13.019/2014 e de acordo com critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto;

8.2.1 A CONCEDENTE emitira no prazo de 60 dias do recebimento da prestação de contas final Parecer sobre a regularidade da prestação de contas;

8.2.2 A CONCEDENTE ressalva o direito de solicitar informações complementares sempre que necessário, para elucidar o conteúdo das prestações de contas;

8.2.3 Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na prestação de contas do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA — DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Gabinete do Prefeito

Avenida Octogonal, S/N.º, Quadra 21, Praça dos Três Poderes - Bairro Jardim Imperial. CEP: 47864-090.
Luís Eduardo Magalhães - BA.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

9.1 A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente deste a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda

que em caráter de emergência.

9.2 A PROPONENTE compromete-se ainda a recolher a conta da CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos de aplicações no mercado financeiro, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária própria:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2.080 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA
AÇÃO: 08.244.401.2104- GESTÃO DAS AÇÕES DE APOIO AS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS
ELEMENTO: 3.3.5.0.43.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
FONTE: 15000000-REC NÃO VINC DE IMP

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1 O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação vigente, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS PROIBIÇÕES E VEDAÇÕES

12.1 A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

12.2 A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

12.3 A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerencia ou similar;

12.4 A realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do presente Termo de Fomento;

12.5 Realizar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

12.6 Transferir os recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

12.7 Retirar recursos da conta bancária com fins alheios a aplicação de recursos na consecução do objeto pactua neste Termo de Fomento;

12.8 Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens ou serviços) estabelecidos no Plano de Trabalho;

12.9 Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;

12.10 A realização de despesas com:

Gabinete do Prefeito

Avenida Octogonal, S/N.º, Quadra 21, Praça dos Três Poderes - Bairro Jardim Imperial. CEP: 47864-090.
Luís Eduardo Magalhães - BA.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes ao pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;

b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;

d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas físicas;

e) Pagamento de despesas bancárias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

13.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Tanto quanto possível os participes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 001/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Os participes elegem o Foro da Comarca de Luís Eduardo Magalhães/BA, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Luís Eduardo Magalhães – BA, 07 de janeiro de 2025.

ONDUMAR FERREIRA BORGES JUNIOR
Prefeito Municipal

Michael de S. Ferreira
MICHAEL DE SOUZA FERREIRA
Presidente do Abrigo José Vicente da Silva - AJVS

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____

Gabinete do Prefeito

Avenida Octogonal, S/N.º, Quadra 21, Praça dos Três Poderes - Bairro Jardim Imperial. CEP: 47864-090.
Luís Eduardo Magalhães - BA.